

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ

OS AÇORES NA FILOSOFIA E NA CULTURA

ESTUDOS II

Título

Os Açores na Filosofia e na Cultura

Estudos II

Autor

José Luís Brandão da Luz

Edição

© Letras Lavadas edições

Ponta Delgada, Janeiro de 2022

Capa, paginação e execução gráfica

Nova Gráfica, Lda. - Ponta Delgada

Depósito Legal: 493080/21

ISBN: 978-989-735-364-2

PUBLIÇOR – Publicações e Publicidade, Lda.

Rua da Praia dos Santos n.º 10 – S. Roque

9500-706 Ponta Delgada

Telefone 296 630 080 | Fax 296 630 089

E-mail: publicor@publicor.pt | www.publicor.pt

© Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização expressa do autor e editor.

MANUEL DE ARRIAGA E AS NOVAS BASES DA MORAL E DA RELIGIÃO

Manuel de Arriaga apresenta as novas bases da sua visão metafísica da moral e da religião em três obras que publica numa fase já adiantada da vida: uma, de índole doutrinária, intitulada *Harmonias Sociais*¹, as outras duas de poesia, *Cantos Sagrados e Irradiações*, que antecederam aquela publicação. O tema, porém, não surgiu tardiamente na sua vida, mas acompanhou-o desde a juventude, pois sempre viveu com a preocupação de «procurar um ideal fora das contingências humanas»². Os poemas foram compostos a partir dos 27 anos, após terminar a formatura em Direito, em Coimbra, e ao longo da sua intensa atividade profissional de advogado e professor, mas também de militância política. Em jeito de confidência, deixou dito, no prefácio a *Irradiações*, que sempre havia dedicado às musas, escreve, «as horas de ócio que nos restavam das nossas ocupações profissionais»³. E manteve sempre a convicção de que é na poesia onde melhor se percebe o pulsar do sentimento religioso. A poesia põe-nos face a face aos «problemas da consciência e do coração»⁴, os quais escapam ao poder analítico das ciências.

O livro *Harmonias Sociais*, escrito nos sete meses que antecederam a respetiva publicação, aprofunda a sua visão da moral e da religião e a importância de que a mesma se reveste para se organizar a vida social e política, segundo

¹ Teremos de mencionar a existência de duas obras anteriores a esta e que foram preparadas para o concurso para professor da Escola Politécnica de Lisboa e do Curso Superior de Letras, em que poderemos reconhecer o envolvimento do autor nestas temáticas. Mas é em *Harmonias Sociais* que o seu pensamento é exposto, diz o autor, como «a síntese dos nossos aturados estudos durante perto de meio século» (Manuel de Arriaga, *Harmonias Sociais*, p. 204. Cf. José Luís Brandão da Luz, «Manuel de Arriaga e a nova ordem do conhecimento e do direito», pp. 104-105; 109 e 112-113).

² Manuel de Arriaga, *Cantos Sagrados*, p. VII.

³ Manuel de Arriaga, *Irradiações*, p. VII.

⁴ Manuel de Arriaga, *Cantos Sagrados*, «Notas elucidativas», p. 150.

ideais de Verdade e de Justiça. Nele apresenta, de forma circunstanciada, as bases de uma moral regeneradora dos costumes, que se lhe afiguram corrompidos pela ação influente da Igreja e, em especial, pelo protagonismo social e político dos Jesuítas. O «novo credo» opõe-se à distorção que os preceitos divinos sofreram e proclama a sua confiança nas leis da natureza, da vida e da história, que são a expressão genuína do próprio Deus: «o *Ser por excelência*, a chave insubstituível do múltiplo e misterioso problema da vida»⁵.

Arriaga propõe-se restituir à vida a dignidade, ou melhor, a bondade que a moral propalada pelo magistério da Igreja e apoiada pela especulação filosófica lhe subtraíram, «porque tanto a metafísica da igreja como a metafísica das escolas, partiam sempre do falso princípio de que o homem havia sempre de encontrar a solução do seu destino nos escassos e improdutivos limites da sua individualidade efémera»⁶. Num esforço de reconciliação da vida moral e religiosa do homem com a dinâmica própria das obras da criação, o autor explica-se assim:

As soluções que apresentamos tendentes a diminuir o mal e a ampliar o bem entre os homens, a fazer da vida dos indivíduos e das sociedades humanas, o mais belo e augusto espetáculo da Natureza, enobrecendo e magnificando a nossa missão na terra (...): achamo-las como uma dedução, espontânea e lógica, dessa complexa e maravilhosa obra da criação, cujos planos outrora cheios de mistérios e de enigmas, se esclarecem, se iluminam, se completam, se integram numa Unidade Suprema à luz resplandecente e triunfante das Ciências e da Verdade⁷.

Assim, procuraremos apresentar o pensamento de Manuel de Arriaga, acompanhando o andamento de que estes dois tópicos se revestem nas suas obras, em que a ideia de Deus e o conceito de moral nos aparecem associados a uma visão do homem e da sociedade em estreita conformidade com as leis da natureza e em consonância com a dinâmica das leis da vida que as ciências dão a conhecer.

1. Origem social da consciência moral

A conceção de homem que o cristianismo e o judaísmo nos legaram é marcada pelo antagonismo das duas substâncias que formam a sua natureza:

⁵ *Ibidem*, p. 149.

⁶ Manuel de Arriaga, *Harmonias Sociais*, p. 172.

⁷ *Ibidem*, p. X.

a alma que «existia no corpo como hóspede numa casa alheia»⁸ e o corpo, assim como o mundo, em geral, que eram, à partida, encarados sob suspeita, por comprometerem a salvação do homem como ser imortal. O pensamento filosófico constituiu-se também nesta dicotomia, de modo especial as filosofias de orientação espiritualista que centraram na interioridade da consciência, na alma, o princípio de vida e de perfeição do homem. É no seu interior que se faziam ouvir os ditames da ordem moral que regulavam toda a atividade individual e social. O aforismo grego «Conhece-te a ti mesmo», que na Antiguidade Clássica inspirou o rumo que Sócrates conferiu à filosofia, é retomado por vários pensadores ao longo da história, tornando-se «o princípio fundamental, dogmático, de que o homem tinha em si tudo quanto lhe era preciso para redimir-se e salvar-se, ou pela graça de Deus ou por virtude das faculdades inatas da sua alma imortal, nascida de um sopro de Deus»⁹. Contra esta visão antropológica, que fecha o homem no seu interior e olha tudo o que pertence ao domínio material como fonte de contaminação que o afasta do seu trajeto, Arriaga propõe uma conceção positiva do homem que considera a alma ou a consciência como a instância em que se harmonizam as interferências de ordem natural e social. O homem compreende-se a partir da sua natureza orgânica e do meio social que o acolhe, sendo, por isso,

produto duma complicadíssima e delicada organização de dois mundos, intrinsecamente unidos e solidários – um individual, o das faculdades com que a Natureza o dotou, outro coletivo, o das instituições religiosas, morais, civis, económicas e políticas, com que, em sucessivos tentâmenes e em progresso permanente, ele vai constituindo a sua personalidade moral, o seu Ser consciente, e com ele ajustando o meio a si, transformando-o, transformando-se a si próprio, para enfim triunfar, como a síntese consciente das coisas criadas, visíveis e invisíveis!...¹⁰

O ser humano partilha com os demais animais o processo biológico da sua formação orgânica; porém, ao percorrer na ontogénese, que é o processo formativo da sua gestação, toda a filogénese que a partir da célula reconstitui a história da sua espécie até à forma humana, atinge a posição mais elevada de todos os seres que pertencem ao mundo animal. Compreende-se, assim, que, ao contrário dele, a sua formação não contemple apenas a componente orgânica,

⁸ *Ibidem*, p. 169.

⁹ *Ibidem*, p. 171.

¹⁰ *Ibidem*, p. 6.

mas tenha de dar resposta à diversidade de funções que a superioridade dos seus órgãos torna possível. Por isso, o processo formativo não é apenas orgânico, mas «continua na alma e no coração de cada um de nós!...»¹¹. É um processo mais longo e complexo que o dos animais, mas, tal como ele, tem também o seu começo numa unidade elementar, o recém-nascido e o núcleo familiar em que se insere. Embora nesta situação se não vislumbre ainda distinção dos restantes animais, por também carecerem de cuidados quando nascem, a família humana, todavia, assegura a integração do homem em outros agregados humanos mais amplos, como a família alargada que, por sua vez, se amplia nas comunas, nos estados, nas nações e, finalmente, na Humanidade que lhe confere um desenvolvimento integral. Assim, enquanto o desenvolvimento biológico decorre no espaço de tempo de nove meses, a formação social da consciência moral, estima Arriaga, realiza-se por um

período de dezoito a vinte e um anos, em que o neófito social, no laboratório das famílias e das escolas, pode e deve assimilar o capital preciosíssimo da civilização do seu tempo, e com ele habilitar-se a cooperar valiosa e dignamente nos variadíssimos e complicados problemas do Verdadeiro, do Bom, do Belo e do Justo, de que depende o bem-estar individual e coletivo, a glorificação contínua e perpétua da Humanidade¹².

O processo de socialização tem-se, no entanto, revelado imprevisível e sujeito a improvisações discrepantes, ao contrário do processo biológico de formação do indivíduo que, ao ritmo dum inflexível determinismo, torna o seu desfecho previsível. A formação da consciência moral do nosso ser não conhece um andamento linear, mas confronta-se com uma gama variada de propostas educativas que veiculam as discrepâncias inspiradas pelas concepções religiosas, económicas, administrativas, políticas e de «noções variadíssimas, sempre deficientes ou falsas, sobre moral, direito e justiça!...»¹³. Para o autor, a forma de ultrapassar estas divergências, que as paixões humanas agravam, é seguir, na formação dos domínios social e moral, os exemplos que a natureza nos oferece, depositando, assim, a «confiança cega e absoluta nas forças e energias do Universo, na profunda e inalterável sabedoria das suas leis, que com as nossas são solidárias, e bem assim nos processos que ele emprega»¹⁴.

¹¹ *Ibidem*, p. 36.

¹² *Ibidem*, p. 37.

¹³ *Ibidem*, p. 38.

¹⁴ *Ibidem*.

O conhecimento que as ciências proporcionam permitirá terminar as dissidências entre escolas, sistemas, partidos e religiões que têm alimentado a proliferação de vias para a formação esclarecida e consistente do indivíduo. Somente o conhecimento produzido pela ciência poderá promover a formação da consciência moral na continuidade da constituição orgânica do indivíduo, em que as leis da vida são consideradas como «os verdadeiros e eternos mandamentos da lei de Deus»¹⁵. Os diferentes órgãos e faculdades individuais, desde os que asseguram o conhecimento sensorial até ao que elabora o pensamento, a linguagem, a ciência e a arte, resultam das sucessivas divisões celulares, em que sobressai a solidariedade de todas as etapas que operam na construção da harmonia do todo. Também a formação do nosso ser moral, para não conduzir à desagregação da consciência moral e da sociedade, terá de seguir as leis de organização e solidariedade que comandam o desenvolvimento biológico do indivíduo. A transformação quase impercetível duma célula num indivíduo, que poderá ter o talento de um sábio, um poeta, um filósofo ou um artista, ou as dinâmicas do mundo vegetal e animal, que se manifestam no crescimento duma planta e no desabrochar duma flor, até à forma artificiosa como os pássaros constroem os ninhos e à harmonia como os insetos executam o seu labor coletivo, tudo isso são exemplos de leis naturais que regulam «a associação, a divisão do trabalho, o mútuo auxílio e a solidariedade num destino comum»¹⁶. Toda esta ordenação de forças que regula as transformações do mundo natural continua e completa-se, acrescenta de imediato o autor, «na formação do nosso ser moral, da nossa consciência, da nossa civilização».

O homem nada vale entregue ao isolamento da interioridade da sua consciência, ou quando se deixa conduzir apenas pelo ritmo das forças da natureza. Só ganha dimensão e robustez assim que procura a consonância com as «leis de organização biológico-social, da cooperação do seu semelhante». É desta forma que, continua, «se transfigura na própria Humanidade e, como tal, qualquer que ele seja, branco, preto, amarelo ou vermelho, é o continuador da obra da criação, o seu definitivo triunfador!»¹⁷. Esta linha de pensamento, amplamente desenvolvida em *Harmonias Sociais*, atravessou também a sua produção poética que, a par do lirismo compassivo que aparenta, se não deixa confinar a um sentimentalismo romântico de índole evasiva ou meramente deleitosa. Numa sucessão de poemas que agrupa em vários temas, Arriaga empenha-se denodadamente em pôr em evidência os seus propósitos

¹⁵ *Ibidem*, p. 45.

¹⁶ *Ibidem*, p. 42.

¹⁷ *Ibidem*, p. 46.

doutrinários, com exemplos que vai buscar à natureza e à vida animal, social e familiar. Compostos ao longo de vários anos e reunidos em duas publicações, os poemas dão voz a uma nova conceção do homem, da sociedade e da religião, discorrendo sobre princípios e ideais que a procuram reconstruir numa linha de continuidade com as leis da natureza. Deixam assim transparecer uma inabalável convicção, não apenas no poder reformador que o conhecimento científico propicia, mas também na ordem do direito que regula as relações sociais. No seu conjunto, como sublinhou Maria do Céu Fraga, toda a poesia revela um otimismo confiante na humanidade, que o poeta pretendia ver irmanada sob os auspícios da verdade e da justiça¹⁸.

2. Sentimento religioso

O sentimento religioso, que é natural ao homem, não poderá servir para o oprimir e desvalorizar, como a especulação teológica tem procurado fazer crer:

o homem, descrendo de si, da sociedade e do mundo, e fazendo do seu Deus pessoal o Supremo poder e a perfeição suprema: desaparece por suas próprias mãos como uma sombra vã, como um fantasma desprezível das realidades triunfantes do universo¹⁹.

Será na abertura à natureza e à vida social que ele poderá assumir-se e encontrar o sentido genuíno da sua vocação religiosa. O soneto «O que eu vi», que abre *Cantos Sagrados*, resume, nos dois tercetos, esta ligação estreita entre Deus e a Natureza que domina toda a visão religiosa de Arriaga. Depois de percorrer com o olhar contemplativo as belezas do mundo, na terra, nos céus e no mar, o autor regressa a si com o coração cheio e exclama, como quem quer avaliar o resultado da sua digressão:

Trouxe os olhos tão ricos de beleza,
O coração tão cheio de harmonia,
De quanto havia em terra, mar e céus,

Que interpretando a sós a Natureza:
Dentro de mim esplêndido fulgia,
N'um círculo de luz, teu nome, oh Deus!

¹⁸ Cf. Maria do Céu Fraga, «A poesia entre os irmãos Arriaga», pp. 123-126.

¹⁹ Manuel de Arriaga, *Harmonias Sociais*, p. 7.

Deus está associado à luz e ao calor do sol que brilha no azul do firmamento, proclama o poema «Alvorada». Porque é o sol que faz viver os seres que ilumina e aquece, ele reveste, por isso, algo de divino, «o esteio e o sustentáculo» de tudo o que vive, a essência de tudo e do próprio homem: «a minha própria Ideia,/ O próprio Deus, talvez!... *Beleza, Amor, Verdade!*». A mística da luz, indissociável do vigor que o sol encerra no seu brilho e calor, domina vários poemas que exaltam o poder transformador da luz do sol, logo quando desponta, ao romper do dia, tingindo os céus com as cores vivas da madrugada, despertando os gorjeios das aves e o desabrochar das flores, até ao cair da noite, quando «Inflama as grandes portas do Ocidente/ E faz da terra e céus um mar de fogo», como descreve em «Às nuvens». O seu poder equipara-se ao do «autor da criação» e encontra-se oculto em tudo o que existe: «Desde o meu sangue à luz da minha ideia:/ Por tudo existe a tua essência oculta!...», escreve no poema «Ao sol!».

Também o mar, que «ofrece a vida a quanto existe,/ Com o auxílio do Sol, que tudo encerra!...», é cantado, no poema «Ao Mar», como sendo a «Harpa de Deus exposta aos quatro ventos». No seu incessante embate, num rumor cadenciado, contra os rochedos, agita-se, dia e noite, vaga após vaga, como «Um pêndulo suspenso no infinito!...». Por sua vez, no poema «À Árvore», a imponência da sua verde ramada, «a prumo erguida ao firmamento», como escreve em «À Terra», impressiona a alma do poeta que, no abrigo da sua copa, encontra a paz e a serenidade que o mundo lhe negava. Na solidão da sua sombra, depõe mágoas, serena paixões e a sua alma, «para quem só Deus é norte», sente-se tocada da mais inefável experiência da presença de Deus: «quando o vento chega (...),/ E eu olho e nada vejo, e a fé mais santa/ Me leva a crer no Deus que o mundo esconde». Toda a natureza manifesta «O espírito de Deus», escreve no poema «À Terra», e o autor só lastima a falta de talento para celebrar os seus encantos, confessando a amargura por «Deus, cujas dádivas divide/ Por tanta gente, a mim me não cedesse/ Para cantar-te a harpa de David!...». Mas não deixa de exultar com a vida que lhe coube em sorte, não por causa dos sucessos sociais ou políticos de que se sente deserdado, mas pela sensibilidade que possui para fruir as dádivas da vida, no meio da natureza:

Por isso, embora eu viva como o pária
 Junto às margens do Ganges cristalino,
 Levando vida incerta, rude e vária,
 Entre os baldões dum improbo destino:

Vivo entre flores, músicas e festas,
Tendo por luz suprema o pensamento;
Por palácios as múrmuras florestas,
E alâmpadas os sóis no firmamento!

E continua maravilhando-se com a musicalidade que a agitação do mar produz à sua volta, assim como com a corrente de água dos ribeiros e o brilho do orvalho da manhã que torna cintilante a luz do sol. Sente-se feliz por todos esses dons que a Terra oferece «às almas ternas,/ Simples, crentes em Deus, ideal fecundo!...», que diz serem «o aroma/ Dos inefáveis dons da Providência». Finalmente, no poema «Aos Astros!», a visão suprema de Deus e a exaltação da Humanidade mostram-se totalmente aos seus «olhos cismadores» que se elevam aos céus. O céu aparece como um «templo levantado à Vida» que convida a saudar a Humanidade e a adorar,

(...) à luz dos fochos sempre novos,
Do teu santuário, o espírito fecundo
De Deus, Supremo Bem, que ampara o mundo,
Inspira as almas e dirige os Povos!...

E termina, como em prece fervorosa, dirigindo esta oração final, de que destacamos estes versos:

E enquanto a vida vai em seu caminho,
Por entre o dia claro e a noite escura,
Conserva intacta esta alma crente e pura,
Porque possa voltar ao pátrio ninho!...

(...)

Astros sem fim, oh sóis que estais por cima,
Longe da Terra, em região mais pura!
Deixai que o corpo desça à sepultura
E a vós se eleve o espírito que o anima!

A aspiração a uma perpetuidade eterna integra o homem no ciclo interminável do movimento dos astros. Porque a razão humana foi capaz de penetrar, por seus próprios meios, nos segredos mais recônditos das leis que governam a harmonia do movimento imperecível dos corpos celestes do universo, acabou

por participar no seu destino, que é viver como eles «a Vida Eterna!», palavras que terminam o poema final dos *Cantos Sagrados*²⁰.

Sobressai no alinhamento destes poemas a demarcação duma conceção de Deus como entidade pessoal, transcendente, autor da ordem moral e juiz dos que se afastam dos caminhos da salvação que a Igreja define. Numa visão aberta às dinâmicas das forças naturais e sociais, o espírito de Deus identifica-se com a harmonia do Universo e com o concerto social que é urgente promover, o que permite a leitura de pendor imanentista que certamente esta poesia deixa transparecer²¹. Arriaga critica asperamente a pretensão da Igreja de se arrogar como única autoridade credenciada de intérprete da fé e promotora da salvação das pessoas. Esta prerrogativa, no juízo de Arriaga, tem sido geradora de um clima opressivo que coloca as pessoas em desarmonia com as leis gerais da natureza. Por isso opõe-se a essa visão redutora da realidade humana, assente em quadros e princípios religiosos e doutrinários, gerados no íntimo da consciência onde se admite que Deus se manifesta aos homens. O poema «Tristeza» explora a religiosidade que enaltece o vigor da natureza, preferindo-o ao ambiente sombrio das igrejas, em que as pessoas se refugiam e fecham no interior da consciência isolada para promoverem a repressão das paixões interiores:

Como isto cá por fora é tudo alegre!
 Quão belo o sol! Que esplêndida harmonia
 A terra, o mar e os céus!
 Porém dentro de mim que mundo à parte!
 Que embate de paixões! Que noite fúnebre!
 Que mágoas, Santo Deus!

E prossegue, mostrando como é flagrante e deprimente o contraste entre o mundo «cá por fora», de um céu azul sem mácula, e o mundo sombrio das

²⁰ O poema apresenta como data de composição o ano de 1872, correspondendo assim ao período de grande produção poética que teve lugar entre o final dos estudos universitários e o seu casamento. A importância que Manuel de Arriaga confere a este poema em particular poderá depreender-se das «Notas Elucidativas» que escreveu aquando da publicação do livro, onde se lê: «Não desdenháramos de que sobre a nossa sepultura fossem escritos as três últimas quadras deste *Canto*, porque nelas resumimos toda a fé que trazemos no coração» (*Cantos Sagrados*, p. 169).

²¹ Cf. Manuel Cândido Pimentel, «O lugar do homem na reflexão de Manuel de Arriaga», pp. 169-170.

igrejas, onde crepita «a luz da frouxa lâmpada/ D'um templo de Jesus!...»²². Por isso implora que esse ambiente de tristeza e desalento se afaste dele:

Desprende da minha alma as asas negras
E deixa entrar alegre a luz do dia,
A luz vinda dos céus!

Não será, pois, concebível que a lei de Deus se oponha às leis da natureza!

O poema «Revelação» confronta a visão das águas límpidas dum lago, em que toda a natureza se vê refletida, com a visão da alma que a Igreja incute nas pessoas e que não deixa refletir o azul e a luz límpida dos céus. Amargurado pelas imagens turvas que a sua alma reflete, o poeta sente junto a si o amparo de Deus a mostrar-lhe que «o tropel das paixões da vida humana!...» não turva o lago cristalino onde o céu azul se espelha, e que é ilusório o lodo impuro em que a sua alma se transformara. Ao contrário do que a Igreja faz crer, esta visão de Deus transmite a ideia de «Que a alma humana pode, ingénua

²² O fulgor da natureza, que faz transbordar a alma, e o ambiente sombrio das igrejas, em que crepita a chama de uma frágil lâmpada, são temas que nos remetem para a poesia de Lamartine, cuja influência na obra de Arriaga tem sido referida (Cf. Acílio Estanqueiro Rocha, «Proudhon e o republicanismo de Arriaga», p. 11). O autor açoriano diz ter lido o poeta francês no tempo em que ainda vivia na cidade da Horta e, muito provavelmente, tê-lo-ia reencontrado, posteriormente, nos ambientes cultivados de Coimbra que frequentou. Logo no primeiro comentário que Lamartine faz a cada um dos poemas das suas *Harmonias Poéticas e Religiosas*, tal como Arriaga também veio a fazer em *Cantos Sagrados*, apresenta-os como sendo, diz ele, «as consolações em verso da minha vida interior». Na série de poemas, com o título geral «Jéhovah», diz que «a força, a sabedoria e a vontade de Deus animam a natureza», a melhor forma de, no seu silêncio, se manifestar «no coração que compreende». Toda a natureza converge para Deus e os templos mostram-se exíguos para conter os anseios da alma, que suplica a queda das suas «paredes impotentes» a fim de encontrar «o templo em que tu resides!/ Sob a abóbada do firmamento», escreve em «O hino da noite». Todavia, ao contrário de Arriaga, Lamartine confessa o seu encantamento pelo ambiente dos templos, principalmente pelas igrejas de Florença que, no comentário ao «Hino da tarde nos templos» diz serem «templos de ressurreição», que ele prefere às catedrais góticas. Se antes ele «gostava de expandir a alma no cimo das montanhas», passou depois a preferir a obscuridade do templo, «uma ilha de paz no oceano do mundo,/ Um farol d'imortalidade!», escreve no poema. Ao contrário de Arriaga, Deus, que inicialmente Lamartine procurava no alto das montanhas, revela-se-lhe nas «trevas do santuário». Não precisa de o procurar longe, no termo de íngremes subidas à montanha «Onde tu não estás para nos ouvir!», mas na imobilidade da penumbra dos templos que são a imagem da eternidade, continua no mesmo poema. Não se trata, por conseguinte, de um Deus vago, imanente e sem rosto, mas de um Deus que escuta e se revela a quem a Ele se dirige.

e crente,/ *Vivendo em paz, um céu trazer consigo!*». A ideia aparece a inspirar vários outros poemas, como «*Ave Creator!*», em que o autor «vai em busca de Deus» por meio dos «vastos horizontes» da mãe natureza, «Não sob o teto sombrio do templo, / (...) Mas sob o teto azul do Templo Eterno», onde, como se exprime no poema «*Missa Pontifical*», se celebra «a comunhão da Vida!». É o sol quem preside ao cerimonial, logo que sai das «brumas do horizonte» e enche a terra de um dilúvio de luz e vida que tudo envolve sem exceção, desde a «luminosa flor» à alma inquieta do poeta. Tudo se reúne para formar um universo de Verdade, Beleza, Amor, Justiça, que são formas de denominar «Quem dá ao universo a paz em que repousa!...»

Em «Amor e Providência», o amor é o braço forte e invisível que, «Com suprema bondade e sapiência,/ Rege os mundos que rolam pelo espaço!». O amor identifica-se com a Providência: «o olhar que nunca dorme» e mantém viva a natureza, nas suas mais diversas manifestações, enunciadoras das leis de Deus. Compreende-se assim a exaltação da ação libertadora da razão e da ciência que teve o seu início auspicioso no Renascimento. Como reconheceu no poema «Ao Homem», a força que a ciência acende quebra os grilhões de dependências várias, como as que foram alimentadas pela tirania opressora das ditaduras e dos dogmas, e há de também libertar a alma das prisões que a oprimem:

Por último lançando mão das forças
Da Terra tua mãe, das leis da História:
Apenas em três séculos de glória,
Com mil prodígios teus,
Mudaste totalmente a face ao mundo
E propões-te a fazer o mesmo à alma,
Porque esta, resplendente, justa e calma,
Triunfe à luz dos céus!

Todo o poema é um hino ao poder que a força da razão possui para pôr «D'acordo Deus e a alma, o céu e a terra:/ (...) em tudo onde campeia/ O espírito de Deus!».

Nesta atmosfera de autoafirmação do homem, Arriaga, no final da primeira parte de *Cantos Sagrados*, alinha vários poemas de exaltação do esforço de emancipação da humanidade e presta homenagem «à obra santa e redentora,/ Que põe a Terra e os céus em harmonia», como escreve em «À Humanidade». Trata-se de um reconhecimento «Ao triunfo do Espírito», subtítulo de «Ao novo ciclo histórico», onde evoca os esforços que, ao longo

de séculos, libertaram a humanidade das concepções do mundo impostas sucessivamente pelo fetichismo, politeísmo, judaísmo e, finalmente, pelo cristianismo, que a ameaçavam com o espectro da condenação eterna. Arriaga olha o seu tempo como fazendo parte do ciclo da história em que, desde o humanismo renascentista, foi irrompendo uma esperançosa trajetória «Que encerra um velho ciclo, e um novo te abre à Vida!...». O esplendor sereno das ideias sobrepõe-se ao tumulto das paixões que turva o discernimento da razão. O brilho da sua luz põe fim à hegemonia dos deuses, reis e heróis, abrindo uma visão do mundo em que sobressai, «Em vez da Força, a Ideia; e, em vez do Ódio, o Amor!». Neste novo destino, a humanidade ganha uma condição divina e prolonga a obra da criação, altamente ameaçada pela irracionalidade dos ódios, o fanatismo e a exploração dos fracos:

Em vez do legendário herói das priscas eras,
Das guerras extraíndo a glória a todo o custo:
Honrando o Criador, e as fúlgidas esferas,
Serás, qual semideus, sereno, sábio e justo!...

É este o Ideal que as leis da natureza
Inspiram com sublime e cândida alegria!...
Que as normas da Razão, que as pompas da Beleza,
E as máximas do Amor, reclamam noite e dia!...

A harmonia do mundo, «desde os sóis da cúpula infinita/ Às flores a teus pés», indica o rumo da autêntica felicidade e plena realização. Termina o poema «Ao novo ciclo histórico» com a exaltação de uma era que se vislumbra venturosa:

O ciclo que hoje se abre, embora ainda incerto,
Vem dar um novo rumo à tua antiga história;
Vem pôr-te em equilíbrio, em íntimo concerto
Co'a vida universal, de que és a alma e a glória!

Esta é a nova fé que a sua musa se dispõe a cantar, em que «O espírito de Deus em sua voz se acusa!...»

O novo credo compreende-se em oposição ao obscurantismo, que Arriaga vê representado na ação da Igreja e num sem número de religiões que não convivem com a nova visão que o conhecimento científico traz para a compreensão do mundo e do homem. Os avanços das ciências, como diz

em «Nova luz! Novo ideal!», são a «Outra verdade, filha d'estes tempos» que, acrescenta na mesma estrofe, faz «apagar na consciência/ O ideal cristão!» e toda a tristeza e desalento que ele tem inscrito no coração das pessoas. Desta feita, convida todos a se revestirem duma alma nova que os relacione com o mundo, não como uma realidade hostil de que nos devamos afastar, mas como inspiração de um tipo de vida, em harmonia com os ritmos dos seus movimentos e com o pulsar da sua vitalidade:

Que uma alma nova irrompa e audaz celebre
 Suas núpcias de amor
 Coò mundo que lhe coube por partilha,
 Passando a coexistir serenamente,
 Harmónica, feliz e resplendente,
 Como ante o Sol a flor!...

A beleza do mundo, com toda a força que a vida encerra, «Desde os astros que brilham nas alturas,/ À flor a nossos pés», é a marca da criação que convida a humanidade a ver no mundo uma nova forma de inspiração:

Tua alma é presa ao mundo que criaste
 E o mundo, cuja órbita infinita
 Abrange a Terra, e os Céus, onde palpita
 D'amor teu coração,
 Tem jus a que façamos d'ele a Bíblia
 Eterna, aonde aprenda a Humanidade,
 Sedenta de Justiça e de Verdade,
 A nova religião!...

Movido pelos mais altos ideais de um novo Deus e de uma nova lei que reconciliem os homens uns com os outros e os ponham em harmonia com a natureza, Manuel de Arriaga experimenta, por diversas vezes, o desalento e a desilusão por uma vida em que predomina o egoísmo e o conflito de interesses que transformam a vida social numa «guerra surda e atroz», desabafa em «Refúgio último!...». Acaba por se sentir vencido pela descrença de ver concretizados esses ideais que trariam a paz entre os homens e haveriam de reconciliar o homem consigo mesmo e com o mundo. Porém, não desiste deles, pelo que o vemos a procurar refúgio numa vida após a morte. A ela tem jus a «alma imortal», escreve em «Apelo supremo!», já que «n'este exílio onde existe» apenas lhe parece ser permitido aspirar a ver Deus, «na própria

origem,/ Beleza, luz e amor!», deplora no final de «Refúgio último!...». Dirige assim, na primeira quadra do poema, a lancinante súplica que repete também na última:

Deixa, Senhor, do mundo em que eu habito
A ti meu ser se evol!...
Tem jus aos céus quem mede esse infinito
Que vai de sol a sol!...

Apesar de a vida social ir protelando continuamente a realização desses ideais, não há lugar para desistir e descreer deles. Ganha, pois, sentido o «Apelo supremo!», em que parece só restar à alma suplicar a Deus para apressar a morte. Só ela lhe poderá abrir o acesso à Verdade e ao Bem:

Oh Justiça incriada! Oh meu Deus! Oh meu Pai!
Tu que a mim me mostraste o teu seio, esse abrigo
Da *Beleza* e do *Amor*, que me envolve e me atrai:
Dá-me as asas, Senhor, com que vá ter contigo!...

A morte não representa o aniquilamento total, mas é antes passagem ao momento único do encontro pleno com os ideais sonhados e perseguidos em vida, e que só então se mostrarão na sua autenticidade incondicional.

3. Bases de um novo credo

O segundo livro de poemas de Manuel de Arriaga, *Irradiações*, compreende-se na continuidade de *Cantos Sagrados*, como esclarece a introdução que justifica a publicação da obra. Ocupam-se ambos de «questões palpitantes do foro íntimo», reunindo poemas que pertencem à mesma época e visavam combater a decadência e o ceticismo que assolavam a sociedade. Neles, explica o autor na referida introdução, apresenta as linhas gerais

da sua fé e das suas crenças a favor do *Novo Mundo Moral*, que necessariamente terá de surgir, sob novas crenças e sob novos processos, das grandes sínteses filosóficas para que convergem as ciências, e os progressos destes três últimos séculos de demolição e de reconstituição.

De acordo com Arriaga, o crescente aprofundamento que a psicologia e a biologia trouxeram ao conhecimento da realidade humana permite mesmo uma nova compreensão do homem e a regulamentação da moral e do direito

em íntima ligação com os fenómenos da vida. Estes domínios do conhecimento são particularmente decisivos para afirmar uma nova conceção do homem que acabe com «o anacrónico antagonismo de Espírito e Matéria, de Alma e corpo e dos interesses particulares e coletivos», um antagonismo que, acrescenta, «nos mantém num permanente estado de guerra». Para Arriaga, a conceção do homem e da sociedade assenta num ideal de justiça capaz de promover o altruísmo e o amor, assim como a harmonia com as dinâmicas das leis da natureza e da vida. A poesia dá voz ao «espírito vivificante dos novos tempos», que tem na Natureza o modelo inspirador da vida moral e social.

Os poemas deste último livro mostram o intuito muito pragmático de chamada de atenção para várias situações que na natureza se apresentam como exemplos ou lições a seguir na conduta dos homens e da sociedade. O poema «Novo ideal» encerra *Irradiações*, convidando os leitores a olharem para o seu tempo com os olhos do futuro que se anuncia: «Agora Nova Luz, Novos caminhos,/ Encontrareis», em que o Amor e a Razão serão os alicerces da ordem moral e do direito. O serviço da justiça harmoniza-se com as leis da natureza que tudo governam:

Desci então o olhar ao mais profundo
Da alma e encontrei:
Que a Alma, a Terra e os Sóis vivem segundo
A mesma lei!...

3. 1. O amor

O tema do amor torna-se constante no livro para enaltecer o poder de elevar as pessoas acima de si mesmas e abri-las aos apelos superiores da razão. É assim que o primeiro poema, com o título «Amor, Poder supremo...», dá início a uma série de outros poemas que começam por cantar o amor num tom perpassado de intenso misticismo e embevecido lirismo: Deus, que alimenta os insetos com o néctar suavíssimo das flores, «Juntou, para depois nos oferecer,/ Quanto de belo havia pelo mundo,// E compôs-nos o rosto da mulher». Muitos outros poemas cantam a beleza da mulher amada, como uma graça do céu que anima os dias de uma vida em “cativeiro”. Quando está presente, o seu poder é comparável ao do sol que, ao nascer, afasta da Terra a escuridão da noite e faz aparecer as cores vivas que cobrem os montes e vales da paisagem. Quando está ausente, a mulher é revivida nas imagens de «A Virgem mãe de Deus» de uma qualquer capela ou igreja. O poeta, escreve em «Atração», sente-se elevado e em delírio com a sua formosura:

Teu rosto é flor,
Cheia de graça,
Onde se enlaça
O meu amor!...

Leva-me a crer
Que Deus tem posto
N'esse teu rosto
O seu poder,

Tal a atração,
E tanto basta,
Com que ele arrasta
Meu coração!

A vida triste e solitária anima-se com a luminosidade que traz a presença ou a simples lembrança da amada, escreve nos poemas datados de 1867 a 69. E ao longo dos 14 sonetos que formam o poemeto da parte II do livro, a exaltação da beleza ganha uma dimensão celestial, designadamente no soneto XII, em que a formosura do rosto da amada é comparada a uma «Harpa celeste donde Deus m'envia// Lições de amor da mais grata harmonia». O soneto IV presta culto à Beleza e às seduções da formosura que diz serem o princípio e o fim do amor, «Alma do mundo e Deus da Natureza!». Muito para além do que os tratados teológicos poderão sugerir, o soneto VII proclama, com enlevo incontido, o endeusamento da mulher: «Eu vejo a Deus nas formas do teu rosto,/ N'um teu olhar, n'um riso dos teus lábios!».

Os poemas glorificam o amor como caminho de salvação do mundo e recorrem mesmo a uma simbologia religiosa para conferirem maior elevação à sua ação redentora, conforme canta, em tom de súplica, em «No Lar», a abrir a parte III do livro:

Amor! redime o mundo a ti sujeito;
Em cada lar
Consagra tu um templo; em cada peito
Um novo altar!

Nos poemas seguintes, a mulher, esposa e mãe, é desmesuradamente exaltada ao ponto de ser comparada à Virgem Maria e associada à ação criadora de

Deus. No poema «À mulher», ela é escolhida por Deus para ser «o sacrário/
Das Leis da Natureza» e continuadora da Sua obra:

Do corpo teu que é todo uma harmonia,
E a fonte onde recobra
Eterna força o Amor, Ele confia
A sua própria obra!

O seu papel atinge o ponto mais alto, por ser ela a gerar o que há de mais
elevado na natureza, a razão humana:

No mais profundo do teu ser gerado
Do amor, relíquia imensa,
Ressurge à luz, por Deus abençoado,
O cérebro que pensa!

A ausência da mulher, diz no poema «Ausentes queridos», é motivo de
desalento e causa de um ambiente árido em redor:

Sem vós a casa parece
Um templo sem ter altar;
Um canteiro sem ter flores,
Um céu sem luz do luar!...

O lar familiar salva o poeta dum mundo hostil e sem sentido, um mundo
artificial, de gente fingida e interesseira:

Esta gente egoísta e cética,
O modo por que ela vive,
Nada tem que me seduza,
Que me atraia, me cative,

Perdeu as graças do espírito,
Até mesmo a luz da fé;
Vai atrás do próprio instinto,
Ri de tudo, em nada crê!...

O remédio está no refúgio do lar, em «Os castos gozos do espírito,/ Nascidos
do coração». Equipara o lar familiar a um sacrário ou a um templo. Na série
de quadras que intitulou «Dois templos», escreve:

Dois templos há sobre a Terra,
Que eu não sei qual mais amar:
Se aquele que a Deus encerra,
Se o do nosso amor o Lar!...

E noutra quadra do mesmo poema diz que, quando passa por uma casa de família, experimenta «a mesma devoção,/ Com que passa reverente/ Ante o Sacrário o Cristão!». No poema que dedica à filha mais velha «Perguntas e respostas», Arriaga apresenta a vida familiar como uma permanente liturgia em que o

Amor converte o lar obscuro em templo
Ah! Nele o pai e a mãe
São sacerdotes, pregam com o exemplo
Pois lei suprema, o Bem.

O símbolo da missa edificante,
Deus dado a comungar:
Praticamo-lo nós a cada instante,
No nosso próprio lar.

E segue enumerando, desde o pão que serve de alimento e as roupas que os filhos vestem, até as músicas, os livros e o piano que completam o ambiente requintado do lar e que são fruto do trabalho do pai:

É tudo fruto do trabalho augusto
Partículas d'amor,
Que esta alma já cansada e triste, a custo,
Esparge em derredor.

Eis minha filha a Santa Eucaristia,
A útil comunhão;
A que eu consagro a Deus e me alivia
Da missa e confissão...

Conclui assim o argumento com que responde à reprovação que a filha ouvira de alguém de «que o pai faltando à missa,/ Não indo à confissão,/ Ofende a Igreja e a Deus», revelando-se assim um ateu e um herege!

O novo credo «não quer de pedra/ O templo da oração!...», mas, diz no poema «A minha esposa», encontra na natureza, nas flores do chão, nas

estrelas do céu, a força que tudo governa: «a lei das leis, o Amor». O tema do amor liberta-se então da dimensão lírica que envolveu os poemas iniciais do livro e passa a dar realce ao amor como “força” que mantém a harmonia do Universo, pois é ele «quem ampara o mundo em nome do Senhor/ E atrai em volta dele a alma, a luz e a flor». Por isso dedica a parte IV do livro a glosar as «Lições de amor» que encontra nos comportamentos mais primários que observa em alguns animais. Exalta a labor do passarinho a construir o ninho «com arte e saber» nas margens do rio. Vê nessas construções, que resistem à impetuosidade das cheias e permitem abrigar e alimentar as crias em segurança, uma eloquente expressão do amor

Que encerra o problema
Do Bem, que, afinal,
Incita e dá vida
A tudo o que lida,
Fugindo do mal!...

E termina dizendo: «Aprendo em teu berço/ Das leis do Universo/ Sublimes lições!...». São ainda mencionados outros exemplos para fazerem ver «Que o amor é na verdade,/ A fonte ideal do Bem», como acontece com a atitude duma cadela que criou um pequeno gato, a quem havia morrido a progenitora, ou a reação duma aranha que, instintivamente, protege os ovos do casulo que alguém ameaçou fazer eclodir, ou ainda o cuidado das cegonhas a protegerem os ninhos dos raios escaldantes do sol. O zelo que estas aves põem na criação dos filhotes, assim como a dedicação em iniciá-los no voo, tudo isso o leva a concluir, escreve no poema «As cegonhas», que

Deus dotou a criatura
D'um tipo ideal de vida onde encerra
A própria lei moral, austera e pura,
Que em tudo põe d'acordo os céus e a terra!...

O espírito de Deus está na natureza e, no poemeto intitulado «Um passeio ao campo. Cenas de família», o poeta convida os filhos a beber

N'aquela seio uberino de mãe,
Fonte de todo o bem,
O espírito de Deus que d'ele sai.

A natureza é refúgio e abrigo contra os males da vida porque dá lições de amor, justiça e solidariedade. Enquanto, por um lado, os povos guerreiam, alimentando ódios e interesses obscuros, e, por outro lado, a casuística moral oprime o povo inculto, com o peso das suas normas, a natureza, assegura no poemeto «A natureza em festa», opera na plenitude

Da Vida e da Beleza,
E mostra-nos, com o máximo esplendor,
A intrínseca virtude
D'esta obra extraordinária
Do Amor, de que a tornou depositária
O seu divino autor!...

A vida no bosque, repleta de pássaros, formigas, doninhas, mostra como é viver em sociedade,

Em toda a plenitude da Beleza,
A vida espiritual,
Do Amor e da Razão:
Unindo assim à Paz da Natureza
A Paz Universal!...

Esta é para o autor a expressão mais eloquente da natureza e da ação de Deus, que, diz ele, «Se alguns chamam-lhe amor,/ Eu chamo-lhe Justiça!».

3. 2. A paciência e a ordem da providência

Outro ponto fundamental do ensinamento da natureza são as lições de paciência que constantemente nos proporciona. Arriaga procura expor o seu pensamento a partir de uma reflexão sobre o tempo, servindo-se, no poema que faz de prólogo à parte V do livro, do diálogo que em sonhos tivera com uma pitonisa, no cimo de um monte isolado. De mão estendida, a sacerdotisa deixava cair um fino fio de areia com que se propunha transformar a configuração da Terra, tornando as depressões em montanhas íngremes e os montes em profundos vales. No último terceto do primeiro soneto avança com a interpretação do sonho nos termos seguintes: «Os grãos de areia/ que vêm cair segundo por segundo...» é que operam essa transformação comandada pelo *Tempo* e pela *Ideia*. A noção de tempo aqui utilizada não se reporta ao tempo linear e mundano do leitor, suscetível de medição em horas, dias, anos, e até em séculos e milénios. Pelo contrário, trata-se antes de um tempo divino, não quantificável, mas dotado de uma qualificação incomensurável

e, por isso mesmo, de duração imperecível. O tempo cronológico que marca o andamento do que na terra vai acontecendo não se harmoniza com a vida da eternidade, onde as ideias não conhecem ocaso. Ao contrário do que se passa neste mundo, esclarece o autor, no “tempo” da eternidade, um século equivale a «um ai que se apaga» ou a «um ponto subtil e que se esvai na Eternidade». E é a «Ideia no que tem de inalterável!...» que faz o homem participar nessa dimensão suprema. Deste modo, acredita-se que o fino fio de areia irá reconfigurar a Terra não pelos resultados que se vão acumulando, mas pela força da *Ideia* que o mantém a correr. A *Ideia* sustenta-se no valor de verdade que a razão descobre, não estando sujeita ao imperceptível apuramento que o tempo cronológico vai vagarosamente aumentando. Por transportar consigo a marca da intemporalidade, sustenta a determinação da pitonisa em continuar a tarefa, pacientemente, confiando assim não no resultado do que o olhar regista, mas na verdade que a razão vislumbra. A ciência, obra da razão, acaba sendo ela a justificar tamanha persistência em tão interminável e desencorajador projeto, pois será por ela que a natureza se dá a conhecer no rigor imperturbável do eterno determinismo das suas possibilidades, que Arriaga diz ser a ordem da providência. Pela ciência, o homem submete as contingências do que acontece à clarividência da sua razão verdadeira, isto é, das suas leis, o que permite compreender o conselho, que é simultaneamente um desafio, que o poeta lança ao leitor:

Estuda e põe-te à sombra da Verdade,
À qual em pensamento me remonto:
E eterno viverás na Humanidade.

À pergunta do poeta onde encontrar resistências para conduzir assim a vida, sem se deixar desencorajar «Co’as coisas vis, terrenas, cujo enredo/ Perturba-me a razão, e causa medo,»

Responde-me a visão – nessa obra-prima
De Deus, *as suas leis*; e sê como este

Delgado fio de areia ou como o arroio
Que manso chega ao mar em competência
Dos sóis sem fim do fúlgido comboio!

Do mundo as leis converte em Providência
Do teu pequeno ser, em teu apoio:
E o mundo sofrerás com paciência...

O modo sábio como a natureza opera ensina-nos a perseverar, sem desistir, dos nossos objetivos, em que a paciência, longe de se limitar a ser um simples sentimento de resignação pela lentidão com que as coisas acontecem ou pelos insucessos que se experimentam, se compreende antes como atitude de confiança no que a razão lhe mostra dos segredos que a natureza encerra. A paciência é a força clarividente para cumprir com persistência o que as suas leis ensinam e não ceder à ameaça dos escolhos que desmobilizam a vontade.

O autor fala, assim, da virtude da paciência no poema «Um feto arbóreo», planta do Jardim da Estrela, cujo crescimento acompanha ao longo de várias semanas, mais precisamente, 3 meses. A partir de uma haste enrolada, desdobra, lentamente e de forma impercetível, cada uma das folhas rendilhadas que formam a sua frondosa copa. Também o rodopiar das gaivotas, observadas nos passeios que faz junto à beira-mar, no paciente mourejar de um voo picado para apanhar o peixe de que se alimentam, encerra uma eloquente lição de paciência, em que o imperativo do *telos* fala mais alto que os repetidos insucessos. As gaivotas, relata o poema a elas dedicado, levam a batalhar um dia inteiro sem desistir:

De muito assalto em vão, d'aquelas mil sortidas,
Raríssima é a vez que sorri-lhe a sorte;
No entanto, vê-la-eis serenas, destemidas,
Valentes como heróis lutando até à morte!...

São um exemplo de paciência, de persistência sem concessões para vencer «a sorte negra». Compete-nos também viver assim com paciência, isto é, com determinação e serenidade, confiantes no que a razão ensina, como conclui o poema dedicado ao feto:

Ativo e pertinaz na luta; e a paciência
É dentre as leis morais, a lei por excelência,
Formosa como o amor, valente como a morte!

Tal é a sã moral que eu tiro da virtude
Das coisas e convém gravá-la na memória...

E continua a exaltar a paciência que considera ser a *lei das leis*, no poema dedicado às aranhas. Embora só raras vezes elas consigam obter sucesso a apanhar insetos na rede que elas próprias tecem, nunca desistem do seu intuito: «Valente como o herói, calada como a esfinge,/ Serena como a lei, confia em

si e espera!...». Não são os sucessivos desaires que contam, mas a confiança no bom desfecho que o tempo oportuno fará acontecer. Para o poeta, tão elevado autodomínio, «Que doma a própria dor; que vence a própria morte», só é possível pelo exercício da «lei das leis, a Paciência!». O livro refere ainda outros exemplos, como o poema dedicado ao burro que, com resignada abnegação, presta inestimáveis serviços. Também o poema dedicado ao bicho-da-seda apresenta as sucessivas metamorfoses a que está sujeito como o exemplo mais completo da lei moral mais sã:

Aquele obreiro obscuro,
Em tudo o que ele fez, marchou em linha reta,
Severo como um estoico, e sábio como o asceta!...

Serviu-me o seu viver de confirmar-me o tema:
Que as leis da vida são de Deus a Luz Suprema!

Sempre podemos encontrar, nos exemplos a que os poemas recorrem, o mesmo intuito de mostrar que a transfiguração da Humanidade passa por um estilo de vida e de pensamento em consonância com o andamento da natureza, cuja regularidade a ciência dá a conhecer.

3. 3. Deus e a natureza

Os poemas dedicados ao Cabo Mondego, nas últimas duas partes do livro, são uma exaltação do mar, que é todo movimento. As transformações que o promontório foi sofrendo ao longo dos séculos, pelos vestígios que aparentam, fazem pensar que outrora tivesse estado submerso. Isto traz-lhe à memória as ruínas das velhas civilizações do Egito, Pérsia e Roma, que tiveram também o seu ocaso, depois do esplendor que conheceram. Como acontece na natureza, também a sociedade está sujeita aos efeitos da mudança: «Dos castelos feudais caíram as ameias,/ Como hão de em toda a parte os reis cair dos tronos!». E isto porque os homens estão vocacionados para a liberdade, pelo que, mais cedo ou mais tarde, acabarão por transformar as sociedades e fazer ruir as tiranias:

A alma não é escrava e os povos não têm donos,
Livres, cônscios de si, são todos cidadãos,
Perante a lei iguais, perante Deus irmãos!...

Por outro lado, a incessante agitação do mar encerra uma lição: «Que em lutar e vencer se encerra a lei da vida», pelo que, acrescenta a seguir, em jeito de

exortação, há que «Lutar até vencer; viver para lutar;/ Tal é o teu preceito; e tens razão, oh mar!». De um modo semelhante a Deus, o mar é criador de novos mundos, continentes e ilhas:

Compete agora a nós seguir-te o passo e ir
Erguendo a pouco e pouco esse astro do porvir!
(...)
Assim nosso destino
Consiste unicamente em viver e lutar,
Lutar até vencer, tu tens razão, oh mar!...

No incessante embate contra os rochedos, em que vai dando à Terra novas formas, o mar constrói a paz numa interminável guerra. Somos por isso convidados a seguir o seu exemplo, de lutar com persistência contra o obscurantismo, que são «Os restos sepulcrais do velho preconceito». A tenacidade da luta por um novo ideal de vida, assente nos valores que a razão, o amor e o direito ensinam, põe a humanidade no caminho libertador da sua redenção:

Até que do porvir o facho rutilante
As sombras do passado extinga triunfante,
E quebre da alma humana as últimas cadeias,
Deixando a constelá-la os astros das ideias!...

Sob os auspícios das luzes da razão, acabarão no mundo as divisões e os antagonismos entre povos e credos, e todos formarão uma única família, «em paz, unidos como irmãos!». Cumprir-se-á assim, finalmente, o mandamento de Jesus que «Nos há de abençoar da cúpula dos céus!». O poeta toma mesmo a luta sem tréguas do mar como fonte de inspiração do seu combate contra o mal e defesa incondicional do bem: «Como tu eu me irrita, eu bramo, eu choro;/ Faço e desfaço os ídolos que adoro», confessa no poema «Na gruta d'Orca». Identifica-se com a fúria tempestuosa do mar que corrói a terra e gera novos mundos, pois também ele, minando as consciências, engrossa as fileiras da luta da humanidade que

Vai destruindo os mundos do passado,
A fim d'erguer um outro iluminado
D'um mais fulgente sol!...

O mar é amparo para o desânimo que lhe provoca o convívio com a perversão que submete o homem ao poder político despótico e ao domínio religioso obscuro, diz o poema «Na Gruta d'Orca – Um temporal»:

Em contacto com almas pervertidas,
Venho a ti recuperar forças perdidas,
E saio forte e bom!

A relação entre os homens, assente no amor e iluminada pelas luzes da razão, garante à humanidade paz e liberdade, escreve em «Um passeio ao campo. Cenas de família – Poemeto»:

Prestando-nos real e mútuo auxílio,
E amando-nos deveras como irmãos:
O mundo deixará de ser exílio,
O escuro vale de lágrimas descrito
Na *Bíblia* de Moisés, por Deus maldito,
Que tanto aterra as almas dos cristãos!...

O novo credo compreende-se em ligação estreita com o pulsar da natureza e a luta pela justiça que a humanidade reclama para a sociedade. Não se subordina a um corpo doutrinário que imponha a sua tutela à vida das pessoas, nem se alimenta de rituais que uma classe sacerdotal se encarrega de celebrar regularmente. No poema que dedica à Serra da Arrábida, na parte VI de *Irradiações*, a ameaça de ventos e tempestades mostra como é habitar no terreno em que se trava a luta pela vida e faz sentir «quanto é grande a mão da natureza». O cenário serve de palco à dilacerante súplica que o poeta lhe dirige nestes termos:

Ai! lança na minha alma o espírito das cousas;
E deixa-me arrancar aos amplos horizontes,
Aos pélagos do abismo e às cúpulas dos montes,
Ao rígido perfil dos píncaros e fráguas,
Aos frémitos do vento e às músicas das águas,
Os moldes ideais, o estilo, os sons, a rima,
Nos quais derrame à flux a crença que me anima;
Nos quais revele ao mundo em fúlgidas imagens,
Em verso altissonante, as próximas paragens
D'um mundo que emergiu das sombras do passado.

A Serra da Arrábida oferece o ambiente de paz e solidão, que se mostra propício para fazer a experiência singular de escutar «em concerto a voz da criação» e colher a revelação da nova crença. Mas constitui também o momento crucial de conflito interior entre o imperativo de afirmar a sua nova crença e a ancestralidade da religião cristã que foi vivida de forma singular na austeridade dos muitos eremitas que habitaram aquela serra. O poeta mostra-se perturbado e possuído duma dor intensa que o destino da sua missão provoca ao esplendor que essa mística cristã irradiou. É com emoção que vive o confronto das duas mundividências religiosas, uma que toma a vida em consonância com o pulsar da natureza, outra que persiste em considerá-la uma obsessiva meditação sobre a morte. Perante o veredicto que a ciência moderna dita à ancestral vivência religiosa que o cristianismo difundiu, exclama com patética perplexidade:

Ai! sinto conturbar-me a dor a mais intensa
 Ao ver que assim se extingue o astro d'uma crença;
 Que esplêndida fulgiu aos olhos das nações
 E deu refúgio e amparo a tantas gerações!...

Mas a voz da serra ergue-se mais alta, perante o espectro das sombras do passado, a reclamar que se «apague enfim seu brilho». Arriaga não cede perante o que parecem ser os seus sentimentos e emoções, mas, seguindo o que a luz da razão lhe impõe, pede à serra alento para cumprir a missão que tem pela frente:

Oh serra neste altar das crenças do passado,
 Por ímpias mãos, oh dor, partido e mutilado,
 A mim, que fito a luz d'um novo ideal, consente
 Que eu solte pelo mundo a voz d'um novo crente!

O sentimento religioso, largamente afeiçoado pela vivência cristã de várias gerações, parece manter ainda a preeminência que a história consagrou. Porém, não poderá perdurar pelos créditos acumulados no íntimo do coração sentimental do poeta. Pelo contrário, terá de ceder e conformar-se com os inexoráveis imperativos que a razão impõe do alto clarividente das suas luzes. A redenção da humanidade para que aponta a nova crença opera-se pelo regresso à natureza, onde se manifesta a voz de Deus, nas suas diversas manifestações de amor.

*

Manuel de Arriaga procura aclarar a sua concepção de Deus nas «Notas elucidativas» incluídas no final de *Cantos Sagrados*, designadamente as referentes ao soneto que abre a coletânea de poemas. Sobre este poema, intitulado «O que eu vi», que considera uma síntese introdutória de todo o volume, afasta qualquer ligação às concepções transmitidas pelas religiões, em particular a revelação cristã, conforme já referimos atrás, mas, simultaneamente, esforça-se por apresentar uma visão de Deus como sendo «o símbolo que personifica a Perfeição Absoluta; o Ideal do Universo; a causa primária de todo o existente; o Sol vivificador das consciências e dos mundos». E continua a explicar-se dizendo que Deus é «a Beleza, é o Amor, é a Justiça, a que o mundo obedece, levados ao máximo grau de intensidade que é dado à razão humana atingir num determinado ciclo histórico, e que, como tal, ilumina as consciências, dirigindo-as!...». E mais abaixo acrescenta que «Deus é o *Ser por excelência*, a chave insubstituível do múltiplo e misterioso Problema da Vida», e que Nele se sintetiza «todo o Ideal da Humanidade».

Deus aparece aos olhos de Arriaga como ideia limite das perfeições ideais que a razão humana pode conceber, mas, ao mesmo tempo, como polo inspirador de todos os desígnios «que mais diretamente interessem e sirvam os sofrimentos humanos, a *moral*, a *arte*, o *direito* e a *justiça*». A crença em Deus compreende-se sem conotações propriamente sobrenaturais, mas no prolongamento do que a razão pode conhecer da harmonia do mundo. Nesta medida, será fonte inspiradora da vida moral, da estética e da justiça social regulada pelo direito. Trata-se pois de um Deus que, apesar da orientação panteísta que aparenta, numa primeira abordagem²³, não deixa de revestir todos os ingredientes teóricos próprios das concepções de índole deísta²⁴, ou seja, de acordo com a caracterização kantiana, um Ser supremo, eterno e criador de todas as coisas, cuja realidade se não pode determinar de forma precisa, mas que atua em consonância com o determinismo das leis da natureza²⁵. A razão recusa o poder sancionador da revelação cristã, bem como do magistério da Igreja, e ergue no interior de si mesma, pelas suas próprias forças, o universo ideal em que habitam as suas convicções.

²³ Manuel de Arriaga, no *In Memoriam* de Antero, ao comparar a sua poesia com a do autor dos *Sonetos*, considera os seus versos contagiados por um «panteísmo espiritualista» que deixavam transparecer uma total confiança «nas leis do mundo e nos destinos dos povos» (Manuel de Arriaga, «Ao correr da pena», p. 107).

²⁴ Cf. José Luís Brandão da Luz, «Manuel de Arriaga e a nova ordem do conhecimento e do direito», pp. 127-129.

²⁵ Cf. I. Kant, *Crítica da Razão Pura*, pp. 525-526.

O pensamento religioso de Arriaga compreende-se assim na linha duma tradição iluminista empenhada em proceder à desobstrução da nossa consciência de tudo o que possa obscurecer a construção dum conhecimento ao sabor do ritmo que a razão é capaz de imprimir. Cumpre o propósito de remover todos os sedimentos que nela foram sendo depositados por teorias e sistemas teológicos que, de forma abusiva, se acumularam no seu interior, conforme Locke já havia referido. É um percurso que, como Gusdorf esclareceu, procurou compreender a religião nos limites das capacidades da razão e contou com a contribuição de vários pensadores proeminentes. Entre eles, Leibniz, que se empenhou em dar corpo a uma «religião natural», capaz de conjugar fé e razão por meio da explicação racional dos dogmas, embora sem contrariar os dados da Revelação. Também Kant toma parte neste trajeto, defendendo que somente as exigências dum pensamento consequente conferem autenticidade à Revelação cristã. Integram-se ainda nesta linha de pensamento as denúncias efetuadas por Voltaire às interferências provocadas pelas irracionalidades que envolvem o fenómeno religioso numa áurea de mistério e obscuridade, que diz serem responsáveis pela intoxicação das mentalidades e pela criação de um clima de intolerância, de perseguição entre grupos e países que perderam a razão²⁶.

O deísmo abriga um conjunto de tendências que se reconhecem pela partilha dum certo liberalismo em matéria religiosa e pela preocupação de caucionar, por meio da religião, os valores morais e sociais que organizam a conduta individual e coletiva. Admite, em geral, a existência de Deus criador, mas contesta a elaboração teológica da Revelação cristã, assim como o monopólio salvífico da Igreja, considerando a religião um fator de promoção da paz social e defendendo a coexistência pacífica de todos os credos. O debate em torno da religião processa-se decididamente sob os auspícios da razão e num terreno desminado dos artificios que as teologias armadilharam.

O deísmo combate a manipulação da credulidade popular que se alimenta de uma diversidade de construções que a especulação teológica edificou e fez expandir. Os esclarecimentos que o conhecimento científico tem produzido permitem desmistificar a conceção de Deus e a sua relação com o Mundo, as quais deixam de ser pensadas em termos duma vontade arbitrária, que opera segundo desígnios insondáveis e imponderáveis à mente humana. Pelo contrário, a ação divina exprime-se nas leis da natureza, e são as ciências que nos dão a conhecer essas leis por meio das quais a providência mantém inalterável o rumo das coisas e até dos acontecimentos. O desenvolvimento das ciências, no século XIX, fez crescer a convicção de que elas detinham o

²⁶ Cf. G. Gusdorf, *Dieu, la nature, l'homme au siècle des Lumières*, pp. 91-100 e 122-142.

monopólio das únicas certezas que o homem poderia possuir e provocou brechas na robustez do edifício da metafísica tradicional, criando confrontos com a nova mundividência que as ciências davam a conhecer. A razão foi assumindo a incumbência de submeter à clareza e ao rigor das suas regras e concepções todos os domínios que envolvessem o homem, incluindo a moral e a religião, que se deveriam justificar perante a filosofia. O pensamento de Manuel de Arriaga parece-nos partilhar esta concepção, revelando a preocupação de afirmar sem reservas os direitos da razão em matéria de religião, em que a ação providencial de Deus se manifesta na regularidade das leis naturais que as ciências dão a conhecer. O seu combate não tem o propósito de aniquilar a religiosidade, que diz ser um sentimento inerente à natureza de cada um, mas, antes, promover a religião universal da Razão, da Verdade, da Beleza, do Bem, da Justiça, os valores absolutos que os sentimentos religiosos de cada homem mantêm eternamente vivos, mas que só a razão humana poderá mostrar sem ferir a dignidade do homem.